

A (inacabada) revolução brasileira

La (inacabada) revolución brasileña

The (unfinished) brazilian revolution

Silvia Campos Paulino¹

Resumo

O presente artigo busca refletir criticamente a concepção da teoria de uma revolução brasileira sob o viés de autores que estudaram a sociedade do país. Para fins teórico-metodológicos, colacionamos os autores Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Junior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004) e Florestan Fernandes (1920-1995), mediante os quais será pensado a construção e reconstrução da (inacabada) revolução brasileira.

Palavras-chave: revolução brasileira; burguesia; capitalismo; subdesenvolvimento.

Resumen

El presente artículo busca reflejar críticamente la concepción de la teoría de una revolución brasileña bajo el sesgo de autores que estudiaron la sociedad del país. Para fines teórica y metodológica colamos los autores Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Junior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004) y Florestan Fernandes (1920-1995), mediante los cuales se pensará la construcción y reconstrucción de la (inacabada) revolución brasileña.

Palabras clave: revolución brasileña; burguesia; capitalismo; subdesarrollo.

Abstract

This article looking for to critically reflect the conception of the theory of a Brazilian Revolution under point of view to authors who studied the Brazilian society. For theoretical-methodological purposes, we collate the authors Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Junior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004) and Florestan Fernandes (1920-1995), through which will be thinking about the construction and reconstruction of the (unfinished) Brazilian Revolution.

Keywords: Brazilian revolution; bourgeoisie; capitalism; underdevelopment.

1. Introdução

O Brasil, como país de colonização europeia, especialmente ibérica, teve sua identidade, na acepção histórica de Hans Ulrich Gumbrecht (2000), espelhada no modelo eurocêntrico. A ânsia de distanciamento do modelo ibérico e a tentativa de alcançar não só independência formal e a constituição de um Estado brasileiro, mas também de formular o

¹ Mestranda em Humanidades, Culturas e Artes; UNIGRANRIO – Duque de Caxias, RJ, Brasil; silvia.campos.paulino@gmail.com.

que é a identidade própria do Brasil e a ruptura das velhas estruturas oligárquica ocupou o pensamento de diversos teóricos de matrizes teóricas e perspectivas diferenciadas estudos acerca do “povo” brasileiro, buscando no historicismo de sua formação as estruturas de sua contemporaneidade.

Teóricos como Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra clássica *Raízes do Brasil* de 1936 fizeram coro às inquietações da efervescente década de 30 do século XX, no Brasil, refletindo profundamente sobre a formação do país como nação. Com o Golpe Militar de 1964, emergiram, de maneira mais enfática, estudos focados na condução do Brasil e modos de superação do *status quo* reproduzido.

Um dos pontos congruentes dos estudos focados na formação e desenvolvimento do Brasil, e o qual daremos destaque, diz respeito a o que seria de fato uma Revolução Brasileira, partindo de reflexões acerca de Revolução de 1930 e do golpe militar da década de 1960.

Revolução, segundo o dicionário Michaelis, é “Ato ou efeito de revolucionar(-se), de realizar mudanças profundas ou radicais; revolucionamento, revolvimento”. Portanto, pensar em Revolução condiz em pensar mudanças.

Observa-se que, em tempos de quebra da ordem e dos paradigmas, fomentam um maior número de pensamentos acerca Revolução brasileira. Claramente verifica-se que há uma reflexão maior sobre o tema durante o período em que a obscura sombra do Regime autoritário militar instaurado em 1964 pairava sobre o país, muito embora as produções acadêmicas e intelectuais encontravam-se limitadas e censuradas.

O presente estudo tem como enfoque discutir criticamente a concepção da Revolução brasileira através das décadas que compreendem 1930 e 1970, bem como a atualidade deste pensamento, sob o espírito do tempo que a regem ou como melhor define-se em língua alemã, *zeitgeist*, tomando diferentes acepções.

Não caberá, contudo, a este estudo alcançar todos os teóricos brasileiros que se dispuseram a lançar luz à revolução brasileira, tão pouco esgotaremos o tema, mas sim visaremos a análise, nos limitando à temática ora proposta. Para tanto, colacionamos alguns autores como referencial, iniciando por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e dando sequência com Caio Prado Junior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004) e Florestan Fernandes (1920-1995).

2. Sérgio Buarque de Holanda e a “Nossa Revolução”

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que já havia participado ativamente do Movimento Modernista do Brasil (1922), contribuiu aos estudos da formação do país em sua obra magna *Raízes do Brasil* (1936), que como bem preceitua Antônio Cândido (1995), já nasce clássica junto a *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. A obra busca resgatar os pilares de formação do Brasil de maneira retrospectiva, tendo tal caráter revisto nas edições posteriores e discutido profundamente na reedição *Raízes do Brasil: edição crítica* publicado pela companhia das letras em 2016.

Inicialmente demonstrando um caráter weberiano, Sérgio Buarque de Holanda permeia *Raízes do Brasil*, em suas primeiras edições, com o conceito de racionalidade do teórico alemão Max Weber, utilizando contrapontos para explicar os caminhos do atraso no desenvolvimento do Brasil, recorrendo a dualidade para a formulação das origens do país. Segundo Carvalho (2011) a dualidade iberismo e americanismo apresenta a mesma característica do diferimento entre racional e irracional de Weber.

O capítulo, que encerra a obra, é intitulado curiosamente como “Nossa Revolução”, cristalizando, após debruçar-se nos estudos da formação social brasileira, a necessidade da quebra do paradigma da estrutura colonial até então imposto.

Segundo Cândido (1995), o capítulo “Nossa Revolução” é composto de diversos subtendidos, desta forma a leitura *an passant* deste trecho é inadequada, havendo necessariamente um maior exercício interpretativo a fim de compreender a importância deste capítulo conclusivo.

A forte crítica ao sistema do patriarcado rural tendo como a base da economia brasileira forjada no sistema oligárquico, obviamente pendeu o autor para a concepção de Revolução brasileira, pautada na conversão de um país essencialmente rural (o Brasil das décadas de 20 e 30) para urbanizado. Para o autor o rompimento com a lógica colonial, como lecionado por Cândido (1995), é fundamental na concepção de revolução postulada por Sérgio Buarque de Holanda.

A denominada “Nossa Revolução” se constituiria de forma gradativa e significaria “um processo de transformação de média duração na estrutura da sociedade” (WAIZBORT, 2011, p.45), não podendo, como podemos induzir de Buarque de Holanda, recorrer a fórmulas prontas, sendo essencial observar a peculiaridade da formação do Brasil.

A Revolução brasileira não se configura como um rompimento radical, tão pouco se compara às grandes revoluções como, por exemplo, a francesa. Retomamos, neste ponto, o conceito weberiano para determinar a Revolução brasileira pela racionalidade. Uma das características da Revolução, analisada por Sérgio Buarque de Holanda (1995), é sua forma lenta, que perdura no tempo, da qual não haveria uma data histórica a ser registrada.

Holanda visualizava, como ponto crucial ao alavanque de uma palpável Revolução brasileira: a abolição da escravatura, considerando precipuamente os movimentos sociais abolicionistas que culminaram com a Lei Áurea. Sob tal ângulo, para o autor, já haveria no Brasil um embrião de Revolução a partir deste marco histórico, devido visto a substancial tentativa de ruptura ensejada.

Muito embora, como assevera Alencastro (2017), a Lei Áurea, tenha sido promulgada como uma manobra da fracassada monarquia brasileira em manter-se no poder e evitar a ascensão da República, os movimentos sociais abolicionistas, são visto como o verdadeiro ponto de observação do autor de *Raízes do Brasil* no que tange um espectro de revolução.

Conforme leciona Cândido (1995), a “nossa revolução” é a fase mais dinâmica do processo de dissolução com a velha sociedade agrária. Incorporado ao processo de revolução formulado por Sérgio Buarque de Holanda, a diminuição das desigualdades deveria estar em voga e o povo deveria assumir seu próprio destino, “sem dúvida nenhuma no capítulo Nossa Revolução, Sérgio, discretamente, rompe com o discurso conservador” (SOUSA, 2014). Neste diapasão, Cândido (1990), embora não seja unanimidade, ao definir radicalismo no Brasil como “o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou”, insere Sérgio Buarque de Holanda neste contexto.

Outro fator destacado, no capítulo de encerramento de *Raízes do Brasil*, diz respeito ao direcionamento da Revolução, refutando que as revoluções horizontais estão saturadas, uma vez que só se reproduziriam as estruturas de poder já vigentes; advogando, portanto, o autor pela Revolução vertical, que oxigenaria novos elementos à política e, assim, outros grupos iriam emergir. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes (HOLANDA, 1995).

3. Caio Prado Junior e “A Revolução Brasileira”

Caio Prado Júnior (1907-1990), ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, foi um dos grandes pensadores que contribuíram ricamente para a formação do pensamento político brasileiro, sobretudo nos estudos relacionados à formação do país. Lima (2008) ressalta que “Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, como frutos de tal tendência, desenvolveram, embora sob perspectivas teórico-metodológicas distintas, interpretações globais do Brasil” (LIMA, 2008, p. 118).

Com influência predominantemente marxista, Prado Junior, em seus estudos, buscou analisar a sociedade brasileira tendo como partida, a exemplo de *Raízes do Brasil*, seu processo histórico. A primeira obra marcante do autor, na qual se demonstra mais explicitamente seu viés marxista, trata-se de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), mediante a qual interpretou o momento vivenciado pelo país de forma setorial. Afirmando que a história do Brasil é a história de seus bens de produção ao mercado europeu, esboçando sua própria concepção do materialismo histórico marxista.

Prado Junior, ao conceber *Formação do Brasil contemporâneo*, era veemente em posicionar-se no sentido de que o Brasil ainda não existia como nação, precisando atravessar uma Revolução ainda não vivenciada para a sua concepção. As teorias do autor ganharam ares mais contundentes na obra *A Revolução Brasileira* (1966), produzida durante Regime autoritarista militar (1964-1985) a ousada obra contestava o regime instaurado, como uma contraposição e deturpação do sentido de uma verdadeira Revolução.

Envolto na atmosfera inebriante da Revolução Cubana de 1959, segundo a qual, preceitua Prado Júnior, seria a “[...] teoria revolucionária correta [...] como modelo [...]. A Revolução Cubana começou como uma luta contra uma ditadura concreta. Atingido este objetivo, ela evoluiu para uma revolução agrária e anti-imperialista” (REIS, 1999); o autor consolidou sua definição de revolução de maneira concisa e direta, dizendo, em sua obra de 1966 que a revolução “[...] em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto” (PRADO JUNIOR, 2014, p. 26).

Um motivador relevante a não concretização da Revolução no Brasil, apontado por Caio Prado Junior, residia na inexistência de uma burguesia organizada. Segundo leciona Reis (1999), para Prado Júnior não há uma burguesia industrial no Brasil que se opusesse à burguesia mercantil e ao mercantilismo, na verdade, esses grupos são aliados, não havendo

tensões e contradições. No país não houve burguesia que se opusesse aos interesses imperialistas e que não, meramente, se subordinasse ao sistema capitalista.

Segundo Caio Prado Junior (1972), o Brasil se desenvolveu sob a ótica da expansão marítima europeia como reles colônia de exploração. A vida na colônia era voltada às demandas do mercado externo e tal sistema era continuamente reproduzido, mesmo após a independência da tutela da Coroa Portuguesa. Sendo, portanto, uma das lógicas que necessariamente deveria ser superada para o levante da Revolução. Em suma, segundo o autor de *A Revolução Brasileira*, tais relações coloniais subsistiam mesmo após marcadores históricos como a independência do Brasil (1822), a abolição da escravatura (1888) e a industrialização tardia da década de 1930, pois a lógica da produção nacional era ditada pelo mercado externo.

Para Prado Junior, romper com essa lógica tem como condição *sine qua non* a produção voltada para as necessidades do mercado interno, sendo um mecanismo de integração à sociedade brasileira, incluindo assim a parcela mais pobre da população. Como bem observa Lima (2008), Caio Prado Junior compreende que é a presença marcante dos segmentos excluídos e inorgânicos, são essenciais a configuração de um país e população organizados em função de suas próprias demandas.

A análise de Prado Junior chama a atenção, inclusive, para a questão agrária do país e principalmente para o nosso processo de colonização voltado para o mercado externo. Diante deste conceito mercantil, o autor classifica as dinâmicas do mercado em setores orgânicos (grande exploração) e inorgânicos (mercado interno). Lima (2008) assevera que para Caio Prado Junior, embora caótico, seria no setor inorgânico o meio mais propenso ao surgimento do Brasil nação.

Segundo Prado Junior, o movimento de transformação no Brasil se daria por novos legados de uma nação livre e do rompimento com as heranças coloniais do passado, a exemplo do defendido por Sérgio Buarque de Holanda. Contudo, Caio Prado Junior se distancia de Holanda ao postular uma Revolução baseada na emancipação e autonomia nacional (cf. REIS, 1999) focado no setor inorgânico.

4 Celso Furtado e a “Pré-Revolução Brasileira”

A Marca principal do pensamento do economista Celso Furtado (1920-2004) foi a elaboração de um projeto para o desenvolvimento do Brasil. Tal preceito permeia toda a

produção do autor, estando a pobreza e desenvolvimento conjugados em suas análises a fim de explicar o subdesenvolvimento brasileiro.

A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, que objetiva explicar o atraso brasileiro de forma ampla e em diversos setores, além do econômico, tem como base as relações de produção, afastando-se das concepções exclusivamente históricas e dando enfoque a estrutura nacional capitalista. Como bem observa Cêpeda (2005), a Teoria do Subdesenvolvimento é sobretudo uma teoria sobre mudança social.

Tomando por base a peculiaridade da formação capitalista do Brasil Furtado observa que a lógica comercial brasileira se deu em razão do mercado externo. Nesse ponto mostra certa congruência do pensamento *furtadiano* com aquele defendido por Prado Junior. Desta feita, o subdesenvolvimento trata-se da incidência de diversos fatores, inserindo-se os fatores econômicos e históricos nesta equação.

A obra mais renomada de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* de 1959, fora um “[...] indesmentível recorte acadêmico, mas que foi escrita a pensar num público de âmbito alargado” (CARDOSO, 2015, p. 32) pensa a economia brasileira através de dois grandes ciclos, objetivando racionalizar o subdesenvolvimento. O primeiro ciclo se estabelece nos séculos XVI e XVII referentes à cana-de-açúcar e ao ouro, sustentado pela mão-de-obra escrava; o segundo, o ciclo do café, se dará em meados do século XIX, pautado na mão-de-obra assalariada e determinada pela dinâmica interna do mercado.

Outro tópico interessante levantado pelo autor aborda as tensões regionais causadas pela industrialização, pois, segundo preceitua Furtado, a modernização não alcançava todo o sistema, delegando à região Sul do país uma maior industrialização, o que é diretamente correspondente ao desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, para Furtado, a região nordeste se constituía em um ponto crucial no subdesenvolvimento do Brasil.

Neste ponto podemos fazer uma ponte entre Celso Furtado e o sociólogo e nutrólogo Josué de Castro (1908-1973). Observamos que a obra de Castro, *Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*, publicado pela primeira vez em 1952, ao falar da fome em contexto precipuamente social, traça também seu conceito de subdesenvolvimento brasileiro. Para Josué de Castro (1984), fome e subdesenvolvimento são uma coisa só. Desta forma verificamos que tanto Furtado quanto Castro voltam seus olhares para uma região do Brasil muito negligenciada pelo poder público e, a partir dela, geram suas teses de subdesenvolvimento econômico.

O contexto da obra de Celso Furtado de 1959, é o mesmo da *Geografia da Fome* de Josué Castro. São os ecos de *Raízes do Brasil de Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e da *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior. Era, portanto, a década de 1950 atmosfera fértil ao pensamento do desenvolvimento Brasileiro impulsionado pela modernização promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Em sua obra um pouco menos conhecida, com relação a celebrada *Formação econômica do Brasil* (1959), a *Pré-Revolução Brasileira* (1962) foi uma obra destinada a pensar a tensão do anacronismo de um país moderno, porém agrário, e da necessária ruptura do *status quo* com as oligarquias do passado. A pré-revolução brasileira, segundo Furtado, teria seu epicentro na região mais relegada do país, o Nordeste. Para Celso Furtado seria dessa região do país que surgiriam as mudanças estruturais mais relevantes para a ruptura da ordem estabelecida e que culminariam no subdesenvolvimento brasileiro.

Celso Furtado asseverava que de uma Revolução brasileira no período pré-golpe militar de 1964, poderiam advir três caminhos diferentes a depender do tipo de ideologia propagada na revolução. Dessa forma poderíamos experimentar uma revolução de cunho socialista, que iria priorizar a coletividade e o crescimento em detrimento das liberdades individuais; uma ditadura de direita, retrógrada política e economicamente; e por fim, uma reforma, por meio da qual a pressão da opinião pública nacional modificaria as rígidas estruturas do Estado. Neste diapasão, é correto afirmarmos que a Revolução defendida como adequada por Celso Furtado, tratava-se de uma reforma estrutural que para esse, conforme nos ensina Curtis (2005), tratavam-se de reformas de base, que alterariam positivamente as estruturas do país.

5. Florestan Fernandes e a “Revolução Burguesa no Brasil”

Florestan Fernandes (1920-1995) se dedicou a pensar a sociedade brasileira através de sua formação, contribuindo com as discussões acerca das diferenças raciais entre negros e brancos e sobre a questão indígena. As desigualdades eram o eixo das pesquisas desenvolvidas pelo autor. Segundo Ianni (1996, p. 26): “A revolução social é um dos seus temas mais frequentes”. Pai da denominada “sociologia crítica” no Brasil e de viés marxista, Florestan baseia-se na interpretação do Brasil com a premissa de que o país atravessou uma peculiar Revolução Burguesa.

Florestan, que teve maior parte de sua produção intelectual na década de 70, se distancia de seus antecessores, visto que afirma a existência de uma classe burguesa brasileira estruturada e sua Revolução, embora peculiar frente às grandes Revoluções ocorridas no Velho Mundo, indubitavelmente existiram (OLIVEIRA; VAZQUES, 2010).

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, escrito em 1974, ainda sob o turbulento período do Regime militar, Florestan Fernandes resgata a história do capitalismo no Brasil, seu caráter de expropriação e dominação política. Florestan (2014) vê o processo de revolução como algo irreversível, a revolução seria um processo dinâmico capaz de abrir algumas alternativas históricas. Ao não pautar uma data marco da revolução e defender seu processo contínuo, Florestan fica em paralelo à “Nossa Revolução” de seu percussor Sérgio Buarque de Holanda.

O autor critica o modelo burguês brasileiro, que sendo historicamente construído pela classe dominante, seria uma burguesia incapaz de promover uma Revolução democrática, com uma maior preocupação no autobenefício ainda que em detrimento do bem-estar coletivo. Como bem leciona Lima (2017), a burguesia brasileira, na visão de Florestan, se desenvolveu de forma diferenciada da burguesia clássica. Como explica Lima (2017), ao reproduzir o pensamento da obra de Florestan, a “revolução burguesa no Brasil, como a burguesia brasileira atua de uma forma diferenciada, em termos do padrão burguês “clássico” de revolução burguesa (LIMA, 2017, p. 97).

A peculiar burguesia brasileira é característica, não só deste país, mas qualitativa dos países periféricos. Segundo leciona Totóra (1999), nos estudos de Florestan é importante ressaltar que “[...] o entendimento dessa especificidade é imprescindível para compreender os limites das revoluções social, nacional e democrática nos denominados países de capitalismo dependente” (TÓTORA, 1999, p. 111). Nesta vertente é claro o diálogo de Florestan Fernandes com Celso Furtado, visto o enfoque do subdesenvolvimento como fruto do singular capitalismo surgido nos países periféricos.

O capitalismo, inicialmente alcunhado de periférico e posteriormente recebendo a designação de dependente, é uma espécie de capitalismo peculiar, condizente com a experiência particular da burguesia da América Latina, em especial no Brasil, que culminam no Capitalismo dependente. Essa espécie de capitalismo se caracteriza precipuamente pela autocracia e expropriação. Por esse motivo, segundo Limoeiro-Cardoso (1995), Florestan Fernandes dizia ser este o capitalismo selvagem, sistema no qual se associa luxo e riqueza à extrema pobreza.

Florestan divide a burguesia entre os de países de capitalismo hegemônico e de nações periféricas, classificando que o primeiro grupo, vivenciou uma revolução nacional e democrática, que poderíamos dizer ser a revolução burguesa clássica. Já em países periférico/subdesenvolvidos as burguesias perderam o momento histórico de construir uma democracia sob sua hegemonia, assim, será papel das classes subalternas liderarem uma revolução democrática. “A burguesia brasileira se mostrou incapaz, assim, de se libertar da oligarquia e de implementar a social-democracia no país” (OLIVEIRA; VAZQUES, 2010)

Em síntese em sua obra, Florestan demonstra que no Brasil a economia se inicia a partir do colonialismo passando pelo neocolonialismo e por fim chegando a Era do capitalismo dependente, pautando sua produção as necessidades do mercado externo. Neste ponto fica claro os reflexos das formulações antecedentes de Caio Prado Junior. Apesar de observar as transições de eras, Florestan assevera, segundo Ianni (1996, p. 31), que: “O país agrário se transforma em industrial, sem perder a cara agrícola. Tudo se urbaniza, aos poucos ou de modo abrupto, sem perder o jeito rural”.

Florestan era crítico ao Regime autoritário instaurado pelos militares 1964, o qual o aposentara compulsoriamente no mesmo ano do golpe das suas funções de professor na USP (Universidade de São Paulo). Assim como Prado Junior, Florestan defendia que regimes autoritários não seriam produto de uma revolução e sim de uma contrarrevolução. Florestan Fernandes (2014) diferencia revolução e contrarrevolução ao dizer que a revolução constitui uma realidade histórica, já a contrarrevolução não é apenas o seu contrário, mas tudo aquilo que impede, obstruí a revolução.

Insta salientar, que Florestan participou ativamente da redemocratização do país pós regime militar, fazendo parte da assembleia Constituinte que promulgou a Constituição Cidadã de 1988.

Florestan Fernandes (2014) defende em suas obras que o proletariado mantenha suas lutas a fim de alcançar as oportunidades restritas aos dominantes. Ele finda seu livro *O que é Revolução?* aconselhando que não se deve limitar o pensamento e a ação revolucionária dentro de círculos que não se abrem para o futuro.

6. A Revolução Brasileira Hoje

Observa-se que desde o término do Regime Militar (1964-1985) houve a consolidação de um período de estabilidade democrática iniciada com a promulgação da Constituição da

República Federativa do Brasil de 1988. Contudo, diante do atual panorama político, social e econômico, alguns pontos são pertinentes reavaliarmos uma revolução brasileira.

Como primeiro ponto, podemos nos referir ao lecionado pelo professor Nildo Ouriques (2015) que nos diz que herdamos do período de ditadura militar o hábito de evitar pensar temas perigosos em especial nas universidades. Ouriques assevera que tal dinâmica é uma grande perda a medida que importantes rupturas e transformações do país tiveram no meio acadêmico um ambiente propício as reflexões da sociedade brasileira. Para o professor, podar o pensamento, apenas nos faz reproduzir as estruturas hierarquizantes com as quais convivemos desde o Brasil colônia.

Outro fator a ser pontuado diz respeito ao direcionamento do Brasil para governos de coalizão, na qual há esforços na manutenção das forças partidárias para garantir a governabilidade, o que é objeto de críticas, por alguns autores, aos últimos governos. Há neste contexto uma perda da ideologia partidária.

Por último, podemos apontar, tanto relacionado a abordagem de Lima (2017), quanto na de Ouriques (2017), que ambos se voltam a instabilidade gerada pelos acontecimentos ocorridos principalmente a partir de 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, vinculada à esquerda política brasileira. Para o professor Ouriques (2017), tal acontecimento mostra decadência do projeto político da esquerda brasileira e para Lima (2017) é o estopim de uma nova fase contrarrevolução conduzida por forças conservadoras da burguesia brasileira.

A princípio pensar em Revolução tornou-se *démodé* para muitos estudiosos, contudo, diante de todo o disposto, podemos certamente defender que se houve uma revolução brasileira, a mesma não se concluiu, à medida que muitos dos objetivos elaborados em diferentes concepções de revolução jazem em seu estado pendente. O Brasil nação ainda traz seu marcador de desigualdade e seus resquícios: o capitalismo dependente e o subdesenvolvimento.

7. Considerações finais

A revolução brasileira, preceituada pelos autores Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Júnior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004) e Florestan Fernandes (1920-1995), possui, resguardado o que os afasta, uma grande área de intercessão denominada ruptura. Ressalvamos que Sérgio Buarque de Holanda, afasta-se das concepções de Freyre nas

edições revisadas de *Raízes do Brasil*, portanto, nos reportarmos a primeira edição de *Raízes*, para alocarmos o autor nessa intercessão.

Seja na ruptura com uma lógica colonial ou na ruptura com o capitalismo dependente, sempre há um denominador comum, qual seja, a necessária reestruturação como norteadora dos ideais de revolução emoldurados no Brasil.

Através do presente artigo pudemos demonstrar que, em períodos de incertezas, o ideal de revolução, muitas vezes encarado como panaceia, se torna mais pungente no pensamento social brasileiro. Como bem observa o dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898-1956) em sua rara sensibilidade em observar a política, “As revoluções se produzem nos becos sem saída.” Desta forma, os períodos que antecedente e durante Regime Militar, iniciado em 1964, a denominada, por alguns autores, como contrarrevolução, foram mais férteis ao pensamento da Revolução brasileira. A revolução mostrava-se como um farol em meio ao tenebroso mar reacionário do regime autoritarista instaurado.

Talvez, um dos fatores ao qual podemos recorrer para explicar o esquecimento da revolução, seja o esgotamento dos valores do modernismo que esvaziaram a revolução de sua substância, conforme bem observa o filósofo francês Lipovetsky (2005) ao tentar explicar a indiferença que nos acomete no pós-modernismo. Contudo, nos distanciando de digressões sobre influências de um suposto pós-modernismo, podemos observar que, após a redemocratização do país, que foi consolidada pela Constituição Federal de 1988, verifica-se que pensar em Revolução brasileira não é mais um objeto tão contundente. Quanto mais a democracia se instala, mais adormecido é o pensamento revolucionário.

Independente do posicionamento político ao qual se filia o governo, e neste ponto podemos nos voltar ao chefe do Poder Executivo, é notório que as estruturas da frágil nascitura democracia brasileira se veem extremamente danificadas pelos últimos terremotos políticos e econômico vivenciados no país. Neste contexto, o epicentro do abalo sísmico certamente fora o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Seria este o momento oportuno de retomar a formulação da inacabada revolução brasileira? Não nos cabe responder a esse questionamento, todavia, tal panorama nos instiga a visitar e reformular os ideais de ruptura.

Neste contexto é pertinente a citação do romancista russo Yevgeny Zamyatin, que nos diz que as revoluções são infinitas (2017). Portanto, ao nosso ver, a Revolução brasileira é incompleta em dupla acepção: a primeira em razão de que em suas concepções, muitas se

limitaram a repousar na teoria, e a segunda no sentido de que o pensamento acerca da Revolução brasileira, como em qualquer outra, é dinâmico e necessita constantemente se aperfeiçoar, ser formulado e reformulado.

Referências

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça; LIMA, Márcio Costa. Um cartesiano na encruzilhada da revolução. *Cadernos desenvolvimento*, Rio de Janeiro, RJ, v. 06 (8), maio 2011, pp. 75-84.

BANDOLI, Mabelle. Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes no debate sobre o papel da burguesia nos projetos de esquerda. *Revista Encontros – Departamento de história*, ano 10, n. 19, 2º. Semestre de 2012, Rio de Janeiro, RJ.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, SP, ed. 26, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. Radicalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, SP, v. 4, 1988.

CARDOSO, José Luiz. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. *Análise Social*, n. 214, 2015, p. 26-42.

CARVALHO, Adriana Duarte de Souza. A teoria werberiana na invenção do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Itratextos*, n. 31 (1), Rio de Janeiro, RJ, 2011, pp. 80-92.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. São Paulo: Edições Antares, 1984.

CÊPEDA, Vera Alves. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. *Revista Ciências Sociais*, São Paulo, SP, v. 28, 2005, pp. 57-77.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Floresta, a “revolução burguesa” e a transformação capitalista do Brasil. *Revista Lutas Sociais*, v. 17, n. 30, 2013, p. 30-43.

CURTIS, Regina. A Revolução Brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior. *Revista Textura*, Canoas, RS, n.11, jan/jun 2005, pp. 65-72.

D’ AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Essencial Celso Furtado*. 1ª. Edição, São Paulo, SP, Penguin Classics Companhia das letras, 2013.

FERNANDES, Florestan; PRADO JÚNIOR, Caio. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. Editora Expressão Popular, São Paulo, SP, 2000.

FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução*. Editora Brasiliense, Tatuapé, SP, v. 25, 1ª. Edição, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *História e redenção*. A seriedade nervosa de Sthendhal. Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, SP, ed. 26, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica. Org. Lilia Moritz Schwartz e Pedro Meira Monteiro. Estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

IANNI, Octavio. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, n. 26, São Paulo, SP, 1996, pp. 25-33.

LIMA, Kátia. Brasil em tempos de contrarrevolução. *Universidade e Sociedade*, Rio de Janeiro, RJ, n. 59, 2017, pp. 92-103.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. Resenha: Caio Prado Júnior. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. *Revista Política Pública*, São Luiz, MA, v.12, n. 1, jan/jun 2008, pp. 117-124.

LIMOEIRO-CARDOSO, Mirian. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo*, 2012. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan.pdf/view> acessado em 17/04/2018.

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Manole, Barueri, SP, 2005.

LOPES, Tabita Tiede; TAULI, Carlos Eduardo. O marxismo para além do estruturalismo: um debate acerca da dependência econômica brasileira na década de 1950. *Revista Florestan*, ano 2, n. 3, junho 2015.

OLIVEIRA, Guiliano Contento; VAZQUEZ, Daniel Aeira. Florestan Fernandes e o Capitalismo dependente: elementos para interpretação do Brasil. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, RJ, v. 09, n. 1, 2010, pp. 137-160.

OURIQUES, Nildo. O colapso do figurino francês: Crítica às ciências sociais no Brasil, 3. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

PAULA, João Antônio. Caio Prado Junior e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Pesquisa e debate*, São Paulo, SP, v. 17, n. 1 (29), 2006, pp. 1-19.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira: A questão agrária no Brasil*. Companhia das letras, São Paulo, SP, 1ª. Edição, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo, SP, 12ª. Edição, 1972.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr e a “Revolução Brasileira”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, SP, v.19, n. 37, 1999.

RODRIGUES, Esteves. Nelson Werneck Sodré e a História militar do Brasil. Alexandre Manuel *Revista Intelléctus*, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n, 1, 2013.

SILVA, Marcos (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1ª. Edição, 2008.

SOUSA, Danielle de Medeiros. Nossa revolução em Raízes do Brasil. *Revista Legere do PPGCS/UFRN*, Natal,RN, n. 15, jul/dez, p. 336-349.

SOUZA, Lidiane Soares. A Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes: Síntese teórica de um saber militante. Texto integrante dos *anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP. Assim São Paulo, 24 a 28 de julho de 2006.

TAVARES, Maria da Conceição (org). *Celso Furtado e o Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP, 1ª. Edição, 2000.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. *Lua Nova*, n. 48, 1999, São Paulo, SP, pp. 109-241.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. *NÓS*. 1a. Edição, Editora Aleph, São Paulo, 2017.

_____. *Dicionário Michaelis*, disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>> acessado em 20/04/2018.

_____. A “Revolução Brasileira” de Nildo Ouriques, por Roberto Bitencourt da Silva, disponível em

<<https://jornalggn.com.br/blog/roberto-bitencourt-da-silva/a-%E2%80%9Crevolucao-brasileira-%E2%80%9D-de-nildo-ouriques-por-roberto-bitencourt-da-silva>> acessado em 20/04/2018.

_____. Manifesto pela Revolução Brasileira, disponível em

<<http://nildouriques.blogspot.com.br/2017/04/manifesto-pela-revolucao-brasileira.html>> acessado em 20/04/2018.

_____. Interpretes do Brasil, disponível em <<http://www.interpretesdobrasil.org>> acessado em 17/04/2018.